

# REGIÃO E REGIONALIZAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL

**Mateus Pessetti**

Graduado em Geografia-Licenciatura - UPF

Mestrando em Geografia - UFSM

E-mail: mateuspessetti84@gmail.com

**Ligian Cristiano Gomes**

Graduado em Geografia-Bacharelado - UFSM

Mestrando em Geografia - UFSM

E-mail: ligiangomes53@gmail.com

## RESUMO

O texto realiza uma discussão teórica a respeito dos diferentes processos de regionalização que se manifestaram/manifestam no Estado do Rio Grande do Sul. Haja vista a maior abrangência das regiões propostas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, realizou-se um resgate histórico dos seguintes recortes regionais: Microrregiões e Mesorregiões Homogêneas, Microrregiões e Mesorregiões Geográficas, e por fim, as Regiões Imediatas e Intermediárias. Metodologicamente o trabalho estruturou-se nas seguintes etapas: a) revisão teórica a respeito do conceito de região e regionalização, considerados estruturantes para o tema investigado; b) levantamento de informações secundárias através do site do IBGE, onde encontram-se disponíveis as informações históricas das classificações regionais; c) elaboração de mapas temáticos por meio do Software QGis, espacializando as diferentes propostas regionais, exceto referentes às micro e mesorregiões geográficas, pois optou-se em utilizar os mapas produzidos pela Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul - FEE; d) Análise e interpretação das informações coletadas. Tal investigação permite levantar informações históricas e espaciais que possibilitam compreender os diferentes processos de regionalização e como estes se manifestaram no Rio Grande do Sul.

57

**PALAVRAS-CHAVE:** Região; Regionalização; Rio Grande do Sul; IBGE; Geografia Regional

## REGION AND REGIONALIZATION IN THE RIO GRANDE DO SUL

### ABSTRACT

The text carries out a theoretical discussion about the different regionalization processes that have manifested / manifest in the State of Rio Grande do Sul. Given the greater scope of the regions proposed by the Brazilian Institute of Geography and Statistics, a historical rescue of the following was carried out regional cuts: Homogeneous Microregions and Mesoregions, Geographical Microregions and Mesoregions, and finally, the Immediate and Intermediate Regions. Methodologically, the work was structured in the following stages: a) theoretical review about the concept of region and regionalization, considered structuring for the investigated theme; b) survey of secondary information through the IBGE website, where historical information on regional classifications is available; c) elaboration of thematic maps through the QGis Software, spatializing the different regional proposals, except for the micro and geographic mesoregions, as it was decided to use the maps produced by the Rio Grande do Sul Foundation of Economics and Statistics - FEE; d) Analysis and interpretation of the information collected. Such investigation allows to gather historical and spatial information that make it possible to understand the different processes of regionalization and how they were manifested in Rio Grande do Sul.

**KEYWORDS:** Region; Regionalization; Rio Grande do Sul; IBGE; Regional Geography

## INTRODUÇÃO

Sustentado pelas perspectivas dos estudos de geografia regional, o trabalho busca realizar uma discussão teórica a respeito dos diferentes processos de regionalização que se manifestaram/manifestam no Estado do Rio Grande do Sul. Haja vista a maior abrangência das regiões propostas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, realizou-se um resgate histórico dos seguintes recortes regionais: Microrregiões e Mesorregiões Homogêneas, Microrregiões e Mesorregiões Geográficas, e por fim, as Regiões Imediatas e Intermediárias.

Parte-se do pressuposto de que, conforme destacado por Bezzi (2004, p. 103), “As regiões não desapareceram, [...] elas emergiram da questão regional, que foi em parte resultante do debate interno da Geografia, e por outro lado, resultou no debate multidisciplinar que se fazia presente sob um novo contexto histórico espacial emergente.”.

Destaca-se que, tais classificações emergiram diante de diferentes contextos geográficos da sociedade, resultando em diversos arranjos regionais. Com o passar dos anos e o advento do meio-técnico-científico-informacional (Santos 1994)<sup>1</sup>, a produção do espaço geográfico passou a ser marcada pela intensa urbanização, consolidação do setor agroindustrial, além do acirramento da especialização produtiva. Tal contexto pressupõe a necessidade de entender os processos de regionalização que manifestam as diferenças espaciais.

Ao abordarmos a região em tempos de globalização, destacamos Santos (2014a, p. 52 – 53) onde afirma que “Compreender uma região passa por entender como funciona a economia em nível mundial e reatê-la no território de um país com a intermediação do Estado, das demais instituições e do conjunto de agentes da economia, a começar pelos seus atores hegemônicos”. Desenvolver um estudo histórico a respeito das diferentes regionalizações propostas, nos permite entender as regiões como “[...] as diferentes versões que marcaram a mundialização”.

Deste modo, o IBGE e outros órgãos públicos possuem papel fundamental na elaboração da divisão regional brasileira e de suas unidades federativas, pois por meio do levantamento de informações permitem identificar as disparidades socioeconômicas e ambientais, que consistem em fundamentos/subsídios para a elaboração das classificações regionais. Salienta-se ainda que a cada

---

1 Infere-se, de acordo com Santos (1994, p. 70) que neste período “O trabalho se torna cada vez mais trabalho científico e se dá também, em paralelo, a uma informatização do território. Pode-se dizer, mesmo, que o território se informatiza mais, e mais depressa, que a economia ou que a sociedade. Sem dúvida, tudo se informatiza, mas no território esse fenômeno é ainda mais marcante na medida em que o trato do território supõe o uso da informação, que está presente também nos objetos.”

nova regionalização proposta, foram considerados diferentes critérios que correspondiam ao contexto geográfico da época.

Assim, o trabalho teve como objetivo geral compreender os processos de regionalização manifestados no estado do Rio Grande do Sul. Nas suas especificidades, buscou-se: a) resgatar as classificações propostas pelo IBGE entre 1968 e 2017; b) identificar os critérios utilizados para a constituição dos recortes regionais; e c) averiguar como que estas propostas se manifestaram/manifestam no Estado do Rio Grande do Sul.

Metodologicamente o trabalho estruturou-se nas seguintes etapas: a) revisão teórica a respeito do conceito de região e regionalização, considerados estruturantes para o tema investigado; b) levantamento de informações secundárias através do site do IBGE, onde encontram-se disponíveis as informações históricas das classificações regionais; c) elaboração de mapas temáticos por meio do Software QGis, espacializando as diferentes propostas regionais, exceto referentes às micro e mesorregiões geográficas, pois optou-se em utilizar os mapas produzidos pela Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul - FEE; d) Análise e interpretação das informações coletadas. Tal investigação permite levantar informações históricas e espaciais que possibilitam compreender os diferentes processos de regionalização e como estes se manifestaram no Rio Grande do Sul.

## **REGIÃO E REGIONALIZAÇÃO: BREVES REFLEXÕES**

Discutir os processos de regionalização presume a necessidade de reflexão a respeito do conceito de região. É quase que um consenso para os geógrafos que abordar a questão regional na ciência geográfica, significa entrar em um campo repleto de definições e perspectivas sobre um mesmo tema e conceito. Na evolução do pensamento geográfico, a região assumiu diferentes conotações e níveis de importância, cada qual considerando suas temporalidades e espacialidades, além dos discursos internos nos debates científicos. Não temos como objetivo apresentar a trajetória do conceito no pensamento geográfico, mas evidenciar algumas definições que possam explicar a polissemia do conceito nas investigações.

Como nos demais conceitos que estruturam metodologicamente a ciência geográfica, no senso comum a região assume a ideia de porção do espaço, localidade, área, entre outras. Perspectivas que, majoritariamente, estão vinculadas a noção de uma determinada porção do espaço geográfico, que se constitui a partir de características peculiares. Ao estudar os diferentes momentos

da região na historiografia do pensamento geográfico, Bezzi (2004) destaca que o estudo deste conceito se configura como um dos pontos mais delicados da ciência.

Desde muito tempo, a região tem sido considerada por alguns pesquisadores como um dos principais conceitos da geografia, os quais alegam ser o cerne do trabalho do geógrafo. Entretanto, outros buscam entender o papel do estudo regional, visto que este ainda é alvo de diferentes perspectivas, que consideram as correntes do pensamento. Por fim, há ainda aqueles que afirmam o fim do conceito, devido a sua falta de importância para a ciência. (BEZZI, 2004).

Uma das primeiras concepções a respeito da região, veio com Paul Vidal de La Blache, onde entendia que o estudo da geografia deveria contemplar as singularidades dos lugares. A região, sob o ponto de vista de La Blache poderia ser diferenciada a partir da paisagem e da consciência dos homens ao passo que constroem suas identidades regionais. (LENCIONI, 2013).

Ademais, salienta-se a fala de Hartshorne o qual destaca que

Em seu desenvolvimento histórico, o conceito geográfico de região surgiu da necessidade de dividir-se em partes uma área maior, devendo cada uma dessas partes ser estudada em termos de integração máxima. Nessa divisão, conforme observou Hettner, já em 1903, seria necessário considerar não só todas as similaridades significantes do caráter dos lugares, como também as relações de localização e conexão recíprocas entre os lugares. Uma vez que esses dois conjuntos de condições são, em larga medida, independentes um do outro, ou efetivamente capazes de relacionar-se em configurações contrastantes, não podem ser combinados numa base lógica objetiva (HARTSHORNE, 1978, p. 137-138).

Destacamos que esta perspectiva acima mencionada encontra-se inserida dentro de uma Geografia do século XIX e início do século XX, que podemos denominar de clássica e que sofreria duras críticas em meados século XX, por sua alegada falta de rigor científico e por carecer de conceitos que fundamentassem seus estudos. A renovação do conhecimento geográfico, que veio a delinear a chamada Geografia Teórica, aconteceu por volta da década de 1950, sustentada pelas noções neopositivistas.

Nesta perspectiva a região assumiu a aplicabilidade que foi dada a ciência geográfica, baseada em modelos e em uma análise sistêmica. A organização do espaço, estudada sob o viés da região neopositivista, assume dois princípios de acordo com Haesbaert (2010), o de classificação de áreas e o de funcionalismo, dando um caráter de uso metodológico e sistêmico à organização espacial. É por meio da perspectiva funcional que derivam as noções de região homogênea e funcional, que embasaram grande parte dos questionamentos de região e regionalização inerentes deste momento epistemológico (HAESBAERT, 2010).

Galvão e Faissol (1970, p. 8) corroboram na discussão, afirmando que:

A moderna geografia, ao analisar a região como parte de um sistema, traz vantagens de dirigir a atenção para os laços entre processo e forma, e coloca a geografia humana ao lado das outras ciências sociais e biológicas que estão organizando seu conhecimento por esta maneira (GALVÃO; FAISSOL 1970, p. 8).

Sob a geografia teórica, as diferenças e semelhanças entre os lugares na organização espacial são definidas a partir da mensuração e utilização de técnicas de agrupamento. Por meio de variáveis estatísticas, pode-se constituir as regiões que passam a ter um caráter de aplicabilidade e de instrumento para o planejamento urbano/regional. (CORRÊA, 2000).

Neste panorama, destacamos que a geografia brasileira foi fortemente influenciada pela nova geografia, especialmente através da produção científica do Departamento de Geografia da Universidade Estadual Paulista, Campus de Rio Claro e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Por meio dessas instituições foram desenvolvidos estudos de tipologia e divisão regional, alicerçadas pela perspectiva lógica e matemática. (CORRÊA, 2000).

Bezzi (2004) evidencia que os estudos regionais após a década de 1970, ganharam novas conotações, procurando explicar o conceito de região, não necessariamente vinculados a uma perspectiva tradicional e teórica da geografia, indo além dos subsídios que até então eram fornecidos para esses estudos.

O conhecimento científico se renova na medida em que novos questionamentos são feitos, bem como, a sociedade se transforma. Diante do agravamento das questões sociais e da necessidade da geografia se inserir dos debates inerentes às desigualdades socioespaciais, emergiu a chamada Geografia Crítica, alicerçada no marxismo e no materialismo histórico.

Como nas demais categorias geográficas, diante das perspectivas marxistas, a região incorporou novas definições. Para Santos (2014a), a região deveria passar a considerar o Estado e a existência de classes sociais. Aspectos que, segundo o autor, eram negligenciados na geografia teórica. Então, a região seria “[...] o resultado das possibilidades a uma certa presença, nela, de capitais fixos exercendo determinado papel ou determinadas funções técnicas e das condições do seu funcionamento econômico, dadas pela rede de relações”. (SANTOS, 2014b, p. 90).

Com a acirramento da Divisão Internacional do Trabalho, os recortes regionais vão se configurar como respostas de um determinado tempo e espaço. A região se configura assim como um recorte do espaço, dotado de uma estrutura, com suas formas e funções, apresentando níveis distintos de interação e contradição. (SANTOS, 2014b).

Complementando, Bezzi (2004, p. 182) “a preocupação central é verificar como os processos de circulação do capital operam em lugares distintos, ou seja, em lugares que tem características sociais específicas. Sendo isto uma nova forma de encarar a região”.

Corrêa complementa a discussão afirmando que

A região pode ser vista como um resultado da lei do desenvolvimento desigual e combinado, caracterizada pela sua inserção na divisão nacional e internacional do trabalho e pela associação de relações de produção distintas. Estes dois aspectos vão traduzir-se tanto em uma paisagem como em uma problemática, ambas específicas de cada região, problemática que tem como pano de fundo a natureza específica dos embates que se estabelecem entre as elites regionais e o capital externo à região e dos conflitos entre as diferentes classes que compõem a região (CORRÊA, 2000, p. 24).

Ainda, poderíamos salientar que a partir da difusão das ideias críticas e marxistas, surgiram novas tendências, como a geografia cultural, do turismo, da saúde, entre outras, que contribuíram para a incorporação de novas atribuições aos estudos regionais, bem como, para o conceito.

Prosseguindo, Haesbaert (2010) evidencia que não podemos pensar em região sem associá-la aos processos de regionalização, pois a primeira resulta da segunda. Deste modo, podemos considerar que o processo de regionalização consiste no ato de dar forma e identidade à região.

Pois, Silveira ressalta que

As regionalizações possíveis e existentes para um mesmo território, ou espaço social, podem variar muito não apenas quanto aos diferentes modelos metodológicos, que orientam a diferenciação e a divisão regional, mas também em função da finalidade e dos interesses a que se propõem atender. Uma dessas regionalizações pode servir de base para formulação de propostas e projetos de desenvolvimento regional (SILVEIRA, 2016, p. 161-162).

A colocação do autor ressalta o sentido mais elementar da região e da regionalização, o qual está vinculado aos objetivos e interesses do pesquisador, que por vezes, podem estar atrelados a preocupação em entender as particularidades regionais, em busca de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento, visto que tais ações incrementam os processos de regionalização.

A constituição das regiões, oportuniza a partir do reconhecimento, o desenvolvimento regional. Neste aspecto Harvey (1985), salienta que este relaciona-se ao que chama de coerência regional, resultado dos processos de acumulação capitalista e de uma determinada regionalização, ideia abordada por outros autores, como Bezzi (2004) e Corrêa (2000), que em suas obras entendem a região sob ponto vista crítico, como um arranjo que se configura como uma resposta aos processos capitalistas.

Por fim, fazendo uso das colocações de Haesbaert (2010), enfatiza-se que a regionalização tem amplo sentido, podendo ser entendida como instrumento de análise, prática, intervenção e como instrumento ao mesmo tempo teórico. Portanto, a partir das considerações teóricas feitas sobre a

região e regionalização na evolução do pensamento geográfico, destacamos que o conceito em debate assumiu diferentes sentidos diante do embasamento teórico-metodológico adotado por cada uma das perspectivas. (HAESBAERT, 2010).

## **REGIONALIZAÇÕES MANIFESTADAS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Ao longo do século XX muitas foram as regionalizações desenvolvidas, destacando as propostas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O órgão data seu surgimento no ano de 1937, tendo a Divisão Regional do Brasil como uma de suas principais missões, consistindo em um estudo que busca o agrupamento de Estados e Municípios em regiões, objetivando a atualização do conhecimento das diferenças regionais do País, oportunizando um banco de dados estatísticos sobre diferentes aspectos socioeconômicos, ambientais e espaciais. (IBGE, 2020).

Como exemplo de regionalizações propostas pelo instituto, destacamos as Zonas Fisiográficas de 1940 e 1960; Microrregiões e Mesorregiões Homogêneas de 1968 e 1976, respectivamente; Microrregiões e Mesorregiões Geográficas de 1990; e, as recentemente divulgadas, Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias de 2017. (IBGE, 2020). Para este estudo, optou-se pela análise e interpretação a respeito das regionalizações de 1968 a 2017, visto que foram muito utilizadas em diferentes estudos desenvolvidos pela comunidade geográfica brasileira.

### **As microrregiões homogêneas (1968) e as mesorregiões homogêneas (1976)**

As referidas regiões, embora tenham sido propostas em anos diferentes, estiveram sustentadas pelo mesmo conceito, o de região homogênea. Cabe destacar que o IBGE se configurou como um dos principais meios de disseminação das perspectivas teóricas do conhecimento geográfico no Brasil a partir do fim da década de 1960. Portanto, grande parte de seus estudos de regionalização esteve vinculado a este viés, sendo a região homogênea um dos conceitos consolidados neste período.

É notório destacar que entre 1968 e 1976, o mundo será marcado pela difusão da modernização da agricultura, urbanização e industrialização, além de outras relações espaciais. Neste panorama, uma nova ideia de região passa a ser adotada, baseada em modelos matemáticos sustentados pela categoria espaço, sendo estes baseados nos princípios da reconstrução e equilíbrio espacial (BEZZI, 2004).

Considerando as palavras da autora supramencionada, a organização do espaço na perspectiva regional, considerava a homogeneidade dos fenômenos. Assim, ainda com Bezzi

[...] a região homogênea é aquela cuja identidade sempre se relacionará com características físicas, econômicas, sociais, políticas, culturais, entre outras, em uma determinada área. Entretanto, para sua delimitação, é necessário que essa uniformidade seja contígua no espaço. Parte-se do pressuposto de que, selecionando-se variáveis verdadeiramente estruturantes do espaço, os intervalos, nas frequências e na magnitude dessas variáveis, estatisticamente mesuradas, definem espaços mais ou menos homogêneas - regiões isonômicas (BEZZI, 2004, p. 136-137)

Complementando a discussão, destacamos IBGE (1977, p. 43) que conceitua as microrregiões homogêneas como “[...] áreas de agrupamento, dentro do mesmo Estado ou Território, municípios com características físicas, sociais e econômicas de certa homogeneidade”. Tais atributos se configuravam como os critérios norteadores para o recorte e estabelecimento das regiões.

Destacamos Haesbaert (2010) que define uniformidade e estabilidade como propriedades básicas, além das ações em área como fenômenos e o princípio da diferenciação e/ou classificação de áreas como método de regionalização.

Em vista das considerações, o Estado do Rio Grande do Sul, em 1968, passou a ser formado por 24 (vinte e quatro) microrregiões homogêneas, as quais evidenciavam as continuidades e descontinuidades presentes na sua organização espacial. Dentro deste contexto, ressaltamos que neste período fazia-se presente a modernização da agricultura, que caminhava a passos largos por meio da difusão da lavoura empresarial da soja, além de uma significativa fragmentação de territórios, através da emancipação político-administrativa de alguns municípios (MAPA 1).

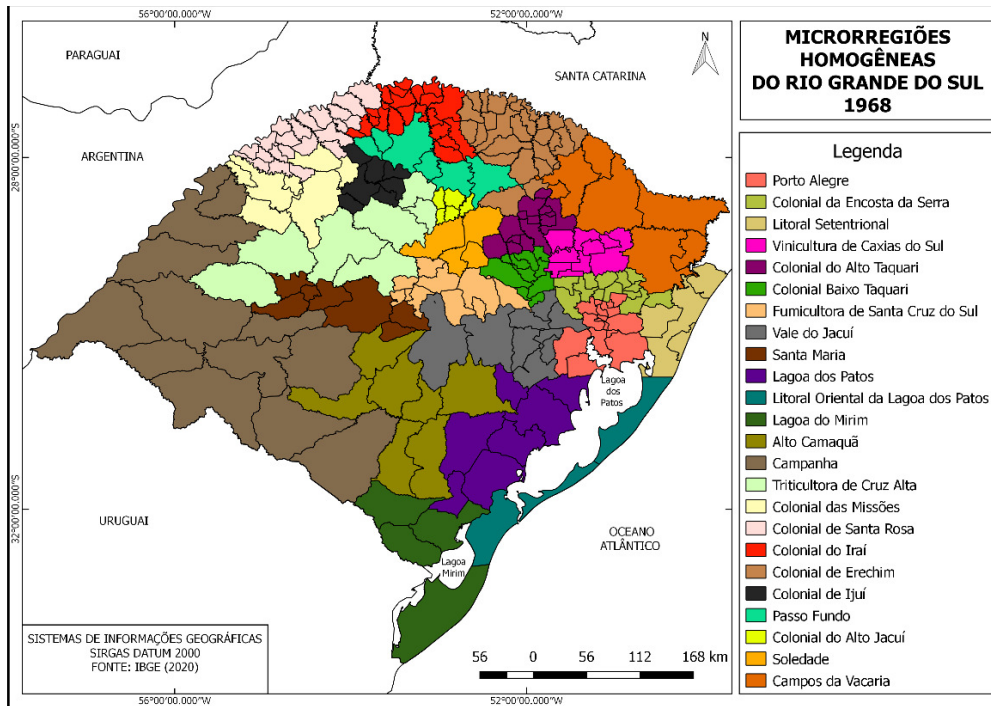
Em 1976, a partir de uma nova revisão regional, foram propostas as mesorregiões homogêneas, que estavam sustentadas teoricamente pelas mesmas perspectivas das microrregiões homogêneas. Estas, por sua vez, conforme IBGE

São unidades homogêneas a um nível maior que o das microrregiões, porém menores que o Estado ou território, e foram criados a fim de permitir a divulgação de estatísticas mais detalhadas em unidades territoriais grandes, obedecendo ao mesmo princípio básico da classificação microrregional. Foram mantidas, ao nível mesorregional, algumas unidades microrregionais, tais como as das áreas metropolitanas e as microrregiões de capitais estaduais, que se diferenciam bastante das outras (IBGE, 1977, p. 43).

Neste sentido, o Estado do Rio Grande do Sul, passou a contar com 6 (seis) mesorregiões homogêneas, que dividiram o espaço considerado os mesmos critérios elencados nas microrregiões, entretanto em um nível escalar maior. (Mapa 2).

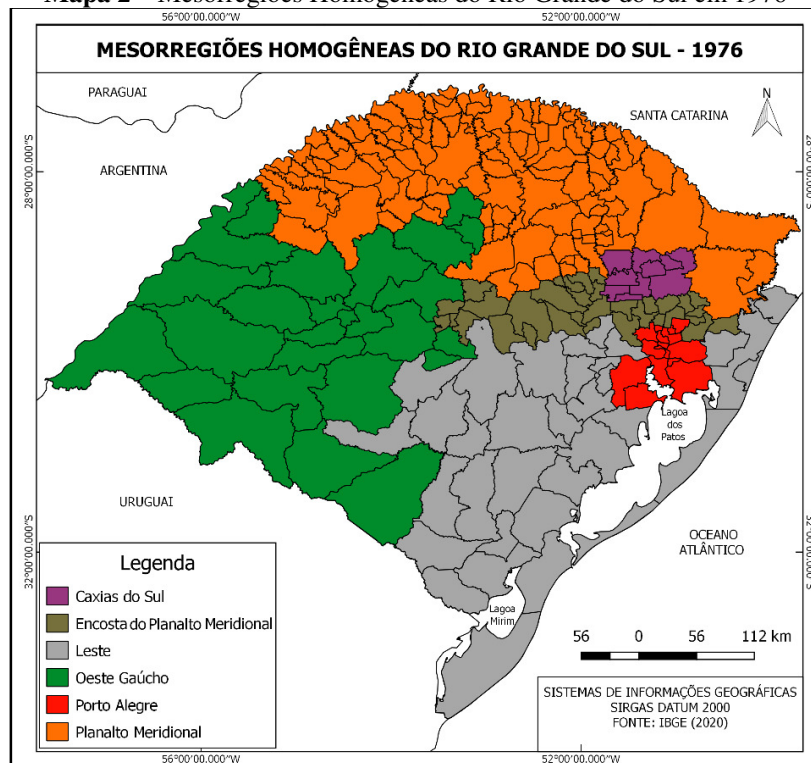


**Mapa 1 – Microrregiões Homogêneas do Rio Grande do Sul em 1968**



Organização: Autores (2020)

**Mapa 2 – Mesorregiões Homogêneas do Rio Grande do Sul em 1976**



Organização: Autores (2020)

Deve-se destacar que as Mesorregiões de Caxias do Sul e Porto Alegre, não sofreram alterações nesta classificação regional em relação às microrregiões, uma vez que apresentam certa dinamicidade e homogeneidade nos aspectos considerados, especialmente a região de Porto Alegre pelo seu caráter metropolitano. Caxias do Sul, por sua vez, apresentava grande desenvolvimento econômico, mantendo-a neste panorama regional. (MAPA 2). As 6 (seis) mesorregiões homogêneas resultaram do agrupamento das microrregiões já existentes, conforme evidenciado no Quadro 1.

**Quadro 1** – Agrupamento das Mesorregiões e suas respectivas Microrregiões Homogêneas

<b>Mesorregião Homogênea (1976)</b>	<b>Microrregião Homogênea (1968)</b>
<i>Planalto Meridional</i>	Colonial Alto Taquari
	Colonial das Missões
	Colonial de Santa Rosa
	Colonial de Iraí
	Colonial de Erechim
	Colonial de Ijuí
	Colonial do Alto Jacuí
	Passo Fundo
	Soledade
	Campos de Vacaria
<i>Leste Rio-grandense</i>	Litoral Setentrional
	Vale do Jacuí
	Lagoa dos Patos
	Litoral Oriental da Lagoa dos Patos
	Lagoa Mirim
	Alto Camaquã
<i>Encosta do Planalto Meridional</i>	Colonial da Encosta da Serra Geral
	Colonial do Baixo Taquari
	Fumicultora de Santa Cruz do Sul
<i>Oeste Gaúcho</i>	Santa Maria
	Campanha
	Triticulora de Cruz Alta
<i>Caixas do Sul</i>	Viniculora de Caxias do Sul
<i>Porto Alegre</i>	Porto Alegre

Fonte: IBGE (1977). Org: Autores (2020)

As microrregiões e mesorregiões homogêneas manifestaram as tendências teóricas e metodológicas que embasavam a geografia quantitativa. Por meio do método regional, foram evidenciadas as continuidades e rupturas na organização do espaço, destacando as particularidades de cada recorte regional com relação aos aspectos físicos, econômicos e sociais.

As mudanças na organização espacial, o intenso êxodo rural, urbanização acelerada, além da fragmentação e emancipação de municípios, manifestaram transformações significativas no território, se fazendo necessário rever as classificações até então propostas. Partindo dessas novas características do território brasileiro, foram pensadas as microrregiões e mesorregiões geográficas, propostas respectivamente no ano de 1990.

### **As mesorregiões e microrregiões geográficas (1990)**

Em substituição as microrregiões e mesorregiões homogêneas, no ano de 1990 foram propostas as mesorregiões e microrregiões geográficas. Neste panorama, segundo IBGE (1990), foi considerado o conceito de organização do espaço, uma vez que o mesmo explicava as estruturas espaciais presentes no território brasileiro.

Assim, IBGE infere que

A divisão regional institucionalizada para fins estatísticos deve respeitar os limites político-administrativos, por conseguinte os limites estaduais e municipais. Assim, a divisão regional foi elaborada a partir das unidades de federação, utilizando-se o conceito de organização do espaço. Nos limites deste projeto e conforme a injunções de caráter institucional, isto é, limites político-administrativos (IBGE, 1990, p. 7).

Ainda, nas palavras de IBGE (1990, p. 9), conceitua-se organização do espaço como “[...] diferentes estruturas espaciais resultantes da dinâmica da sociedade sobre um suporte territorial”. No âmbito da ciência geográfica a discussão sobre a organização do espaço ganhou notoriedade, especialmente por meio da difusão da geografia quantitativa, que tinha como característica o estudo e análise do espaço na perspectiva sistêmica, onde os elementos mantinham-se relacionados por meio de um sistema e de uma estrutura espacial.

O estudo da organização do espaço ganhou relevância após a Segunda Guerra Mundial, em decorrência de seus efeitos econômicos e políticos, os quais acarretaram novas organizações espaciais (MORO, 1990). Assim, conforme destacado por Christofolletti (1983), no estudo da organização espacial é necessário apreender sobre os mecanismos e processos responsáveis pela mesma. Segundo Moro, compete ao estudo da organização do espaço

[...] o estudo das relações, das combinações, das interações, das conexões, das localizações que se processam de forma dinâmica no quadro de uma unidade espacial, entre os diversos elementos que a constituem, bem como as que se verificam entre as unidades espaciais em análise (MORO, 1990, p. 8).

Conforme destaca Corrêa (2000, p. 33), “a organização espacial é o resultado do trabalho humano acumulado ao longo do tempo”. Deste modo, infere-se que o espaço se caracteriza pela

sucessão de diversas organizações espaciais, ou seja, cada qual com suas especificidades e maneiras que o homem efetivou seu trabalho. Enfatiza-se que, no processo de organização do espaço, a sociedade trabalha de maneira seletiva, com base em seus interesses e de acordo com tendências impostas pelo processo de globalização (CORRÊA, 2000).

A organização do espaço deve ser considerada como multidimensional, efetivando inúmeros papéis para diferentes formas ao longo do tempo. Portanto, no processo de reorganização, acrescentam-se as diversas temporalidades, as quais dão significados e funções às formas espaciais. Assim, as maneiras em que se apresentam as organizações espaciais, estas, estão sustentadas por dimensões políticas, econômicas e culturais (CORRÊA, 2000).

Em vista de tais conceituações, estas foram estruturantes para o desenvolvimento da nova classificação regional e orientaram o percurso metodológico. Ao contrário das antigas regiões, que foram delimitadas inicialmente pelas microrregiões, neste trabalho partiu-se da totalidade do território, analisando os estados como universo. Em seguida, foram delimitadas as mesorregiões, e na sequência as microrregiões. (IBGE, 1990).

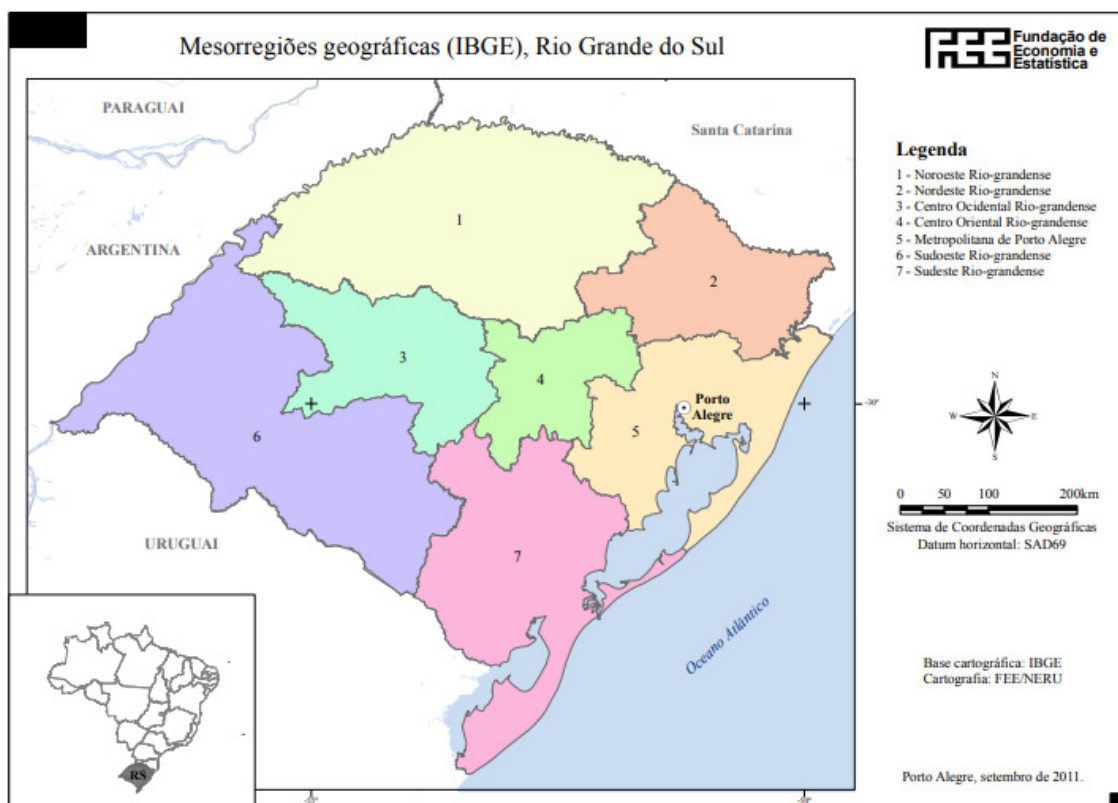
Por mesorregião entende-se, de acordo com IBGE:

[...] uma área individualizada em uma unidade da federação que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial (IBGE, 1990, p. 8).

Outro aspecto ponderado para a delimitação das mesorregiões foi a possibilidade de dar a este arranjo regional certa identidade. Neste caso, no Rio Grande do Sul, destacamos a região da Campanha e as áreas com as novas e velhas colônias da imigração europeia (IBGE, 1990).

Diante de tais considerações, o Estado do Rio Grande do Sul, passou a ser estruturado a partir de 7 (sete) mesorregiões geográficas, sendo elas: Noroeste Rio-grandense; Nordeste Rio-grandense; Centro Ocidental Rio-grandense; Centro Oriental Rio-grandense; Metropolitana de Porto Alegre; Sudoeste Rio-grandense; e, Sudeste Rio-grandense (Mapa 3).

**Mapa 3 – Mesorregiões Geográficas do Rio Grande do Sul em 1990**



Fonte: FEE (2020).

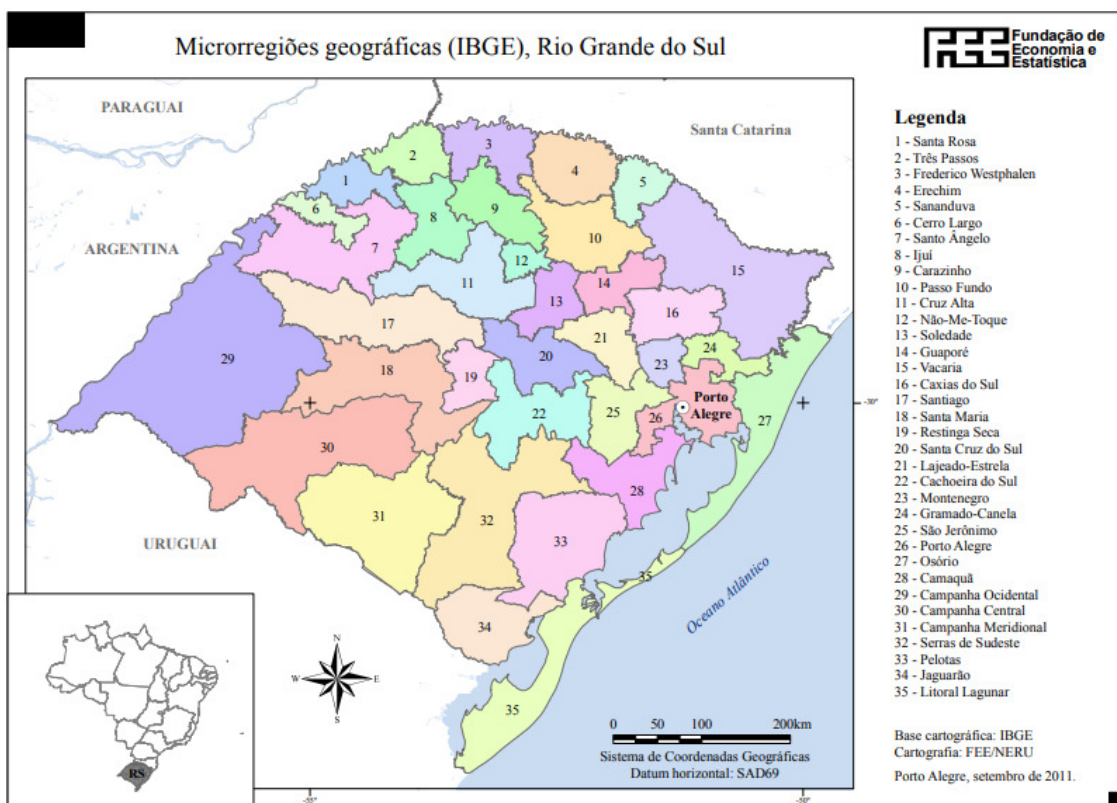
Como critérios elencados pelo IBGE (1990) para realizar a toponímia regional, evidenciamos os seguintes: denominação de regiões tradicionais; denominação de centros urbanos de grande importância regional; denominação das tradicionais regiões metropolitanas; e, posição geográfica nos demais casos.

Deste modo, seguindo o percurso metodológico e identificando as particularidades de cada uma das mesorregiões, foram delimitadas as 35 microrregiões geográficas, as quais consistem em “[...] partes das mesorregiões que apresentam especificidades quanto à organização do espaço.” Tais especificidades estão relacionadas com a dinâmica da produção agropecuária, características industriais, extrativismo mineral ou pesca. (IBGE, 1990, p. 8). (Mapa 4).

Salienta-se que, conforme IBGE

A organização do espaço microrregional foi identificada pela vida de relações ao nível local, isto é, pela interação entre as áreas de produção e locais de beneficiamento e pela possibilidade de atender as populações através do comércio de varejo ou atacado ou dos setores sociais básicos. Assim, estrutura da produção para identificação das microrregiões é considerada em sentido totalizante constituindo-se pela produção propriamente dita distribuição, troca e consumo, incluindo atividades urbanas e rurais. Desta forma ela expressa a organização do espaço a nível micro ou local (IBGE, 1990, p. 8).

**Mapa 4** – Microrregiões Geográficas do Rio Grande do Sul em 1990



Fonte: FEE (2020).

Como nas mesorregiões geográficas, foram elencados critérios para o estabelecimento do nome de cada uma das microrregiões. Neste caso, destacamos os seguintes: aporte tradicional – denominação do município mais tradicional ou antigo e que tenha tido expressão na articulação do espaço; aporte de hierarquia urbana; e, aporte de contingente populacional urbano nos demais casos (IBGE, 1990).

Para melhor evidenciar o agrupamento das microrregiões, que resultaram nas suas respectivas mesorregiões, fez-se a elaboração do Quadro 2, a qual evidencia as 35 microrregiões agrupadas nas 7 mesorregiões geográficas do/no Rio Grande do Sul. (Quadro 2).

**Quadro 2** – Agrupamento das Mesorregiões Geográficas e suas respectivas Microrregiões Geográficas em 1990

Mesorregião Geográfica	Microrregião Geográfica	
<i>Noroeste Rio-grandense</i>	Santa Rosa	
	Três Passos	
	Frederico Westphalen	
	Erechim	
	Sananduva	
	Cerro Largo	
	Santo Ângelo	
	Ijuí	
	Carazinho	
	Passo Fundo	
	Cruz Alta	
	Não-Me-Toque	
	Soledade	
	<i>Nordeste Rio-grandense</i>	Guaporé
Vacaria		
Caxias do Sul		
<i>Centro Ocidental Rio-grandense</i>	Santiago	
	Santa Maria	
	Restinga Seca	
<i>Centro Oriental Rio-grandense</i>	Santa Cruz do Sul	
	Lajeado-Estrela	
	Cachoeira do Sul	
<i>Metropolitana de Porto Alegre</i>	Montenegro	
	Gramado-Canela	
	São Jerônimo	
	Porto Alegre	
	Osório	
	Camaquã	
	<i>Sudoeste Rio-grandense</i>	Campanha Ocidental
		Campanha Central
Campanha Meridional		
<i>Sudeste Rio-grandense</i>	Serras do Sudeste	
	Pelotas	
	Jaguarão	
	Litoral Lagunar	

Fonte: IBGE (1990). Organização: Autores (2020).

É possível verificar já a preocupação do entendimento da dinâmica urbana do território brasileiro, visto que as décadas de 1970 e 1980 consolidaram o Brasil como um país majoritariamente urbano. Ainda assim, a questão urbana não era o aspecto central para a definição

das regiões, mas sim a importância histórica e socioeconômica que os municípios possuíam para a estruturação dos recortes regionais.

Diante dos apontamentos realizados, evidencia-se que as microrregiões e mesorregiões geográficas estiveram institucionalizadas durante 27 anos, quando foram substituídas em 2017 a partir da releitura das classificações regionais. Sendo assim, foram implantadas as Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias do IBGE, visto que já eram identificadas maiores discontinuidades regionais na proposta até então vigente.

### **As regiões geográficas intermediárias e imediatas (2017)**

Quase três décadas desde a última proposta de regionalização, o IBGE apresentou em 2017 a nova classificação regional, as regiões geográficas intermediárias e imediatas. Conforme IBGE (2017, p. 9) “A necessidade de atualização dos recortes regionais vem ao encontro do expressivo aumento verificado na diferenciação interna do território brasileiro, como resultado das transformações econômicas, demográficas, políticas e ambientais ocorridas ao longo das últimas décadas”.

Essa nova classificação apresenta diferenciações em relação as anteriores, pois será revisada periodicamente. O acirramento das diferenças socioeconômicas e regionais no Brasil ressaltou a necessidade de revisão dos recortes regionais internos às unidades de federação. Um dos fatores que favoreceu foi o aumento dos espaços produtivos, além do acelerado processo de emancipação e criação de novos municípios (IBGE, 2017).

Segundo IBGE salienta-se que

O recorte das Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias de 2017 incorpora as mudanças ocorridas no Brasil ao longo das últimas três décadas. O processo socioespacial recente de fragmentação/articulação do território brasileiro, em seus mais variados formatos, pode ser visualizado em vários estudos desenvolvidos no IBGE. O recurso metodológico utilizado na elaboração da presente Divisão Regional do Brasil valeu-se dos diferentes modelos territoriais oriundos de estudos pretéritos, articulando-os e interpretando a diversidade resultante (IBGE, 2017, p. 19).

Ressalta-se também que diante de uma maior preocupação com os estudos da rede urbana, esta se torna um dos elementos chaves para a nova proposta, visto a intensa urbanização que passou a fazer parte da dinâmica socioespacial do Brasil.

IBGE evidencia que

A região torna-se, por meio dessa opção, uma construção do conhecimento geográfico, delineada pela dinâmica dos processos de transformação ocorridos recentemente e operacionalizada a partir de elementos concretos (rede urbana, classificação hierárquica dos



centros urbanos, detecção dos fluxos de gestão, entre outros), capazes de distinguir espaços regionais em escalas adequadas (IBGE, 2017, p. 19).

No bojo da produção acadêmica geográfica, diversos são os pesquisadores que se preocupam com o estudo da rede urbana como fator dinamizador dos arranjos regionais. Neste panorama, destacamos Corrêa (2006, p. 16) que conceitua como “[...] conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si”.

A partir de conceituações como esta, foram identificadas as principais cidades da rede urbana, a partir de suas funções regionais e de suas escalas de ação. Tal dinâmica encontra-se relacionada à existência dos fixos e fluxos, que em sua totalidade constituem a organização do espaço geográfico. Os fixos referem-se aos “[...] processos imediatos do trabalho [...] são os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral, incluindo a massa dos homens”. Já os fluxos são “[...] movimento, a circulação e assim eles nos dão também a explicação dos fenômenos da distribuição e do consumo” (SANTOS, 2014b, p. 86).

Corroborando com as discussões, Bitencourt destaca que

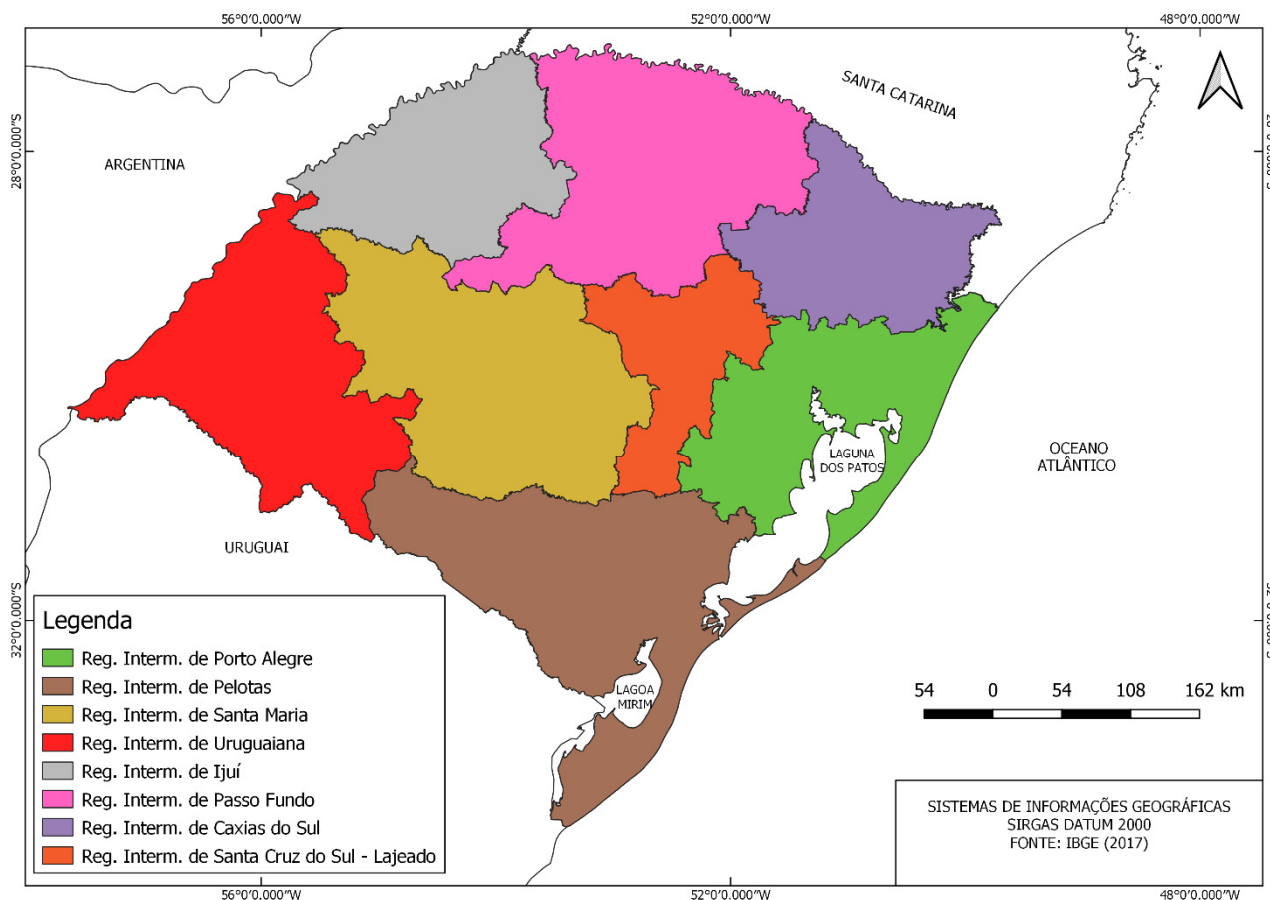
[...] ordenamento espacial em redes apresenta como função básica facilitar e agilizar a comunicação e a circulação dos fluxos entre um ponto e outro, intra ou inter-regionalmente, podendo ser observado em todas as escalas de análise, do local ao global, implicando estratégias que facilitem a circulação e a comunicação. Os fixos que se conectam através dos fluxos é que permitem a existência das redes e articulam as conexões existentes entre as áreas de uma região. Uma área-polo terá o controle desta para com as demais, permitindo uma maior ou menor dinâmica na região (BITENCOURT, 2018, p. 61).

A organização do espaço, através da nova proposta regional incorpora a ideia do movimento, manifestado por meio dos fluxos. Onde o entendimento dos níveis de importância das cidades se faz necessário para a delimitação de suas áreas de influência, bem como suas funções diante do arranjo regional.

A rede urbana é o principal elemento considerado para as regiões então definidas. Assim “[...] são estruturadas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações”. Tais necessidades estão relacionadas a serviços básicos como saúde e educação, além de prestação de serviços públicos (IBGE, p. 20, 2017).

No que se refere ao Estado do Rio Grande do Sul, o mesmo passou a contar com 8 (oito) Regiões Geográficas Intermediárias, as quais destacam a influência dos principais centros urbanos do estado, alicerçando a importância e as particularidades de cada uma das regiões. (Mapa 5).

**Mapa 5** – Regiões Geográficas Intermediárias do Rio Grande do Sul em 2017



Organização: Autores (2020).

Conceitualmente, são definidas de acordo com IBGE como

[...] escala intermediária entre as Unidades da Federação e as Regiões Geográficas Imediatas. Preferencialmente, buscou-se a delimitação das Regiões Geográficas Intermediárias com a inclusão de Metrôpoles ou Capitais Regionais. Em alguns casos, principalmente onde não existiam Metrôpoles ou Capitais Regionais, foram utilizados centros urbanos de menor dimensão que fossem representativos para o conjunto das Regiões Geográficas Imediatas que compuseram as suas respectivas Regiões Geográficas Intermediárias (IBGE, 2017, p. 9).

Com exceção de Porto Alegre que, historicamente apresenta uma fundamental importância na rede urbana em função de ser a capital estadual, a nova classificação regional evidenciou a participação de outros centros urbanos de médio porte, como Passo Fundo e Caxias do Sul (considerados capitais regionais A, segundo as REGICs de (2018), além de Santa Maria, Pelotas e Santa Cruz do Sul (como capitais regionais B) e por fim, centros sub-regionais como Uruguaiana e Rio Grande, a exemplo. (REGICs - IBGE, 2018).

É importante destacar que, a ênfase dada para as questões urbanas se justifica diante da utilização de estudos já realizados pelo IBGE, que identificaram as novas dinâmicas no espaço e as redes urbanas manifestadas. Destacamos os seguintes: Regiões de Influências, Divisão Urbano-Regional, Gestão do Território, Logística dos Transportes do Brasil e Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas no Brasil (IBGE, 2017).

Diante do estabelecimento das regiões intermediárias, apresentam-se as Regiões Geográficas Imediatas, que por sua vez evidenciam a importância que pequenos municípios possuem na rede urbana. Mesmo que não dispondo de serviços como saúde e ensino superior, dispõem de serviços básicos que promovem certa dinamicidade a estes centros locais dentro das suas regiões.

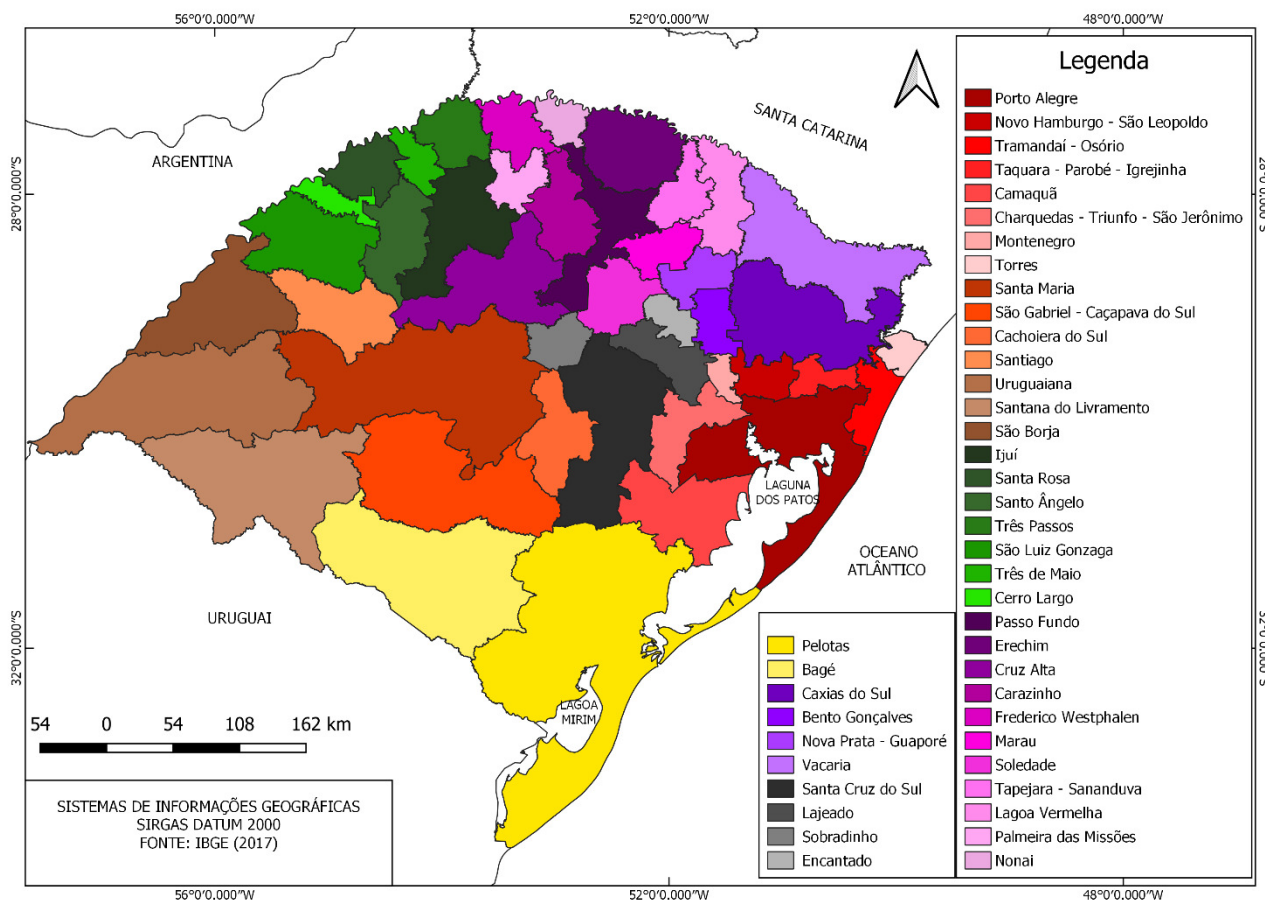
Assim, destaca-se que estas regiões, segundo IBGE (2017, p. 8)

[...] têm na rede urbana o seu principal elemento de referência. Essas regiões são estruturas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações, tais como: compras de bens de consumo duráveis e não duráveis; busca de trabalho; procura por serviços de saúde e educação; e prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Ministério do Trabalho e de serviços judiciários, entre outros (IBGE, 2017, p. 8).

Deste modo, os 497 municípios que compõem o Estado do Rio Grande do Sul, passaram a ser agrupados em 43 regiões geográficas imediatas, evidenciando os diferentes níveis de importância dos municípios na participação da rede urbana do estado, bem como do Brasil (Mapa 6).

Em determinados casos, conforme IBGE (2017), as regiões geográficas imediatas não possuem um único centro articulador, a exemplo as regiões imediatas Nova Prata – Guaporé, Novo Hamburgo – São Leopoldo, São Gabriel – Caçapava do Sul, Charqueadas – Triunfo – São Jerônimo, que por apresentarem em sua toponímia dois ou três municípios, salientam a inexistência de um único centro que dinamiza a região.

**Mapa 6 – Regiões Geográficas Imediatas do Rio Grande do Sul em 2017**



Organização: Autores (2020).

### Complementa-se ainda, nas palavras do IBGE

A diversidade de situações existentes no território brasileiro tornou mais evidente a necessidade de se avaliar a possibilidade de criação de Regiões Geográficas Imediatas com menos de cinco municípios. Em muitas situações – geralmente associadas a padrões geográficos específicos, como presença de serras, grandes rios, entre outros aspectos –, um conjunto com quatro, três ou dois municípios destacou-se como unidade regional diferenciada de seu entorno (IBGE, 2017, p. 29)

Portanto, as regiões geográficas imediatas estão diretamente ligadas à escala intermediária de suas respectivas regiões. Sendo assim, agrupadas conforme evidenciado por meio do Quadro 3.

**Quadro 3** – Agrupamento das Regiões Geográficas Intermediárias e suas respectivas Regiões Geográficas Imediatas em 2017

<b>Região Geográfica Intermediária</b>	<b>Região Geográfica Imediata</b>
<i>Passo Fundo</i>	Passo Fundo Carazinho Erechim Cruz Alta Frederico Westphalen Marau Soledade Tapejara-Sananduva Lagoa Vermelha Palmeira das Missões Nonoai
<i>Porto Alegre</i>	Porto Alegre Novo Hamburgo - São Leopoldo Tramandaí - Osório Taquara - Parobé - Igrejinha Camaquã Charqueadas - Triunfo - São Jerônimo Montenegro Torres
<i>Ijuí</i>	Ijuí Santa Rosa Santo Ângelo São Luiz Gonzaga Três de Maio Três Passos Cerro Largo
<i>Caxias do Sul</i>	Caxias do Sul Bento Gonçalves Nova Prata - Guaporé Vacaria
<i>Santa Cruz do Sul - Lajeado</i>	Santa Cruz do Sul Lajeado Sobradinho Encantado
<i>Santa Maria</i>	Santa Maria São Gabriel - Caçapava do Sul Cachoeira do Sul Santiago
<i>Uruguaiana</i>	Uruguaiana Santana do Livramento São Borja
<i>Pelotas</i>	Pelotas Bagé

Fonte: IBGE (2017). Organização: Autores (2020).

Por meio desta classificação regional, é possível enfatizar a nova organização espacial posta no território do Rio Grande do Sul, marcada por um intenso fluxo e pela dependência de centros urbanos regionais, através de seus diferentes atrativos, como educação de ensino superior, saúde, maiores oportunidades de geração de emprego, entre outros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste trabalho consistiu na análise das regionalizações que se manifestaram no território do Rio Grande do Sul. Para isto, utilizou-se de recursos bibliográficos e cartográficos para análise e interpretação das propostas de regionalizações estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Tratar do conceito de região e regionalização foi de fundamental importância, pois a partir da evolução do pensamento geográfico, que os conceitos ganharam diferentes sentidos e níveis de importância. Partiu-se do pressuposto que, de acordo com Bezzi (2004) as regiões não se findam, mas se recriam a partir das distintas temporalidades e espacialidades.

Quanto ao estado do Rio Grande do Sul, área de investigação deste estudo, sua evolução histórica e espacial oportunizou sua reestruturação produtiva, aspecto importante para o estabelecimento das regiões. Portanto, as regionalizações propostas pelo IBGE, responderam as necessidades de compreensão dos diferentes arranjos regionais manifestados em seu território.

Assim, iniciou-se o estudo por meio das microrregiões (1968) e mesorregiões homogêneas (1976), que estiveram alicerçadas na concepção de região homogênea, um dos conceitos que emergiu através da geografia quantitativa. Neste panorama, buscou-se delimitar recortes regionais baseados no princípio da homogeneidade, que deveriam se manifestar nos aspectos sociais, econômicos e físicos.

Ademais, no ano de 1990 tem-se a reformulação das regionalizações, estabelecendo-se as microrregiões e mesorregiões geográficas, que por sua vez foram pensadas e sustentadas no conceito de organização do espaço. Por meio deste conceito, deu-se ênfase às estruturas produtivas e a importância dos municípios, onde aqueles de maior destaque deram nome aos recortes regionais.

Quase 30 anos após a última classificação regional, foram propostas as regiões geográficas imediatas e intermediárias, pensadas na perspectiva da rede urbana. Neste caso, vários foram os estudos que alicerçaram a nova proposta, especialmente aquelas que tiveram como preocupações as questões urbanas e populacionais. Evidenciou-se as conexões urbanas e, conseqüentemente, as áreas de influência dos principais centros regionais.

Por fim, deve-se ressaltar que o presente estudo não se encontra findado, visto que as regionalizações estão sempre sendo repensadas. O espaço geográfico é dinâmico e por isso faz com que as regiões passem por constantes reestruturações, configurando novos arranjos socioespaciais e econômicos. Assim, pensar a região enquanto categoria de análise do espaço é pensar em seus diferentes sentidos, logo, na sua evolução conceitual e em suas diversas manifestações.

## REFERÊNCIAS

BEZZI, M. L.. **Região: uma revisão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas**. Santa Maria: UFSM, 2004.

BITENCOURT, L. R. **A reorganização socioeconômica e espacial da região do COREDE Produção/RS**. Santa Maria (Tese de Doutorado em Geografia) – PPGGEO/UFSM. 2018.

CHRISTOFOLETTI, A. Definição e objeto da Geografia. **Geografia**, Rio Claro, v. 8, n. 15/16, p. 1 – 28, out. 1983.

CORRÊA, R. L. **Região e Organização espacial**. São Paulo: Ática, 2000.

CORRÊA, R. L. **Estudos sobre a Rede Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Mapa das Microrregiões e Mesorregiões Geográficas de 1990**. Disponível em:  
<http://feedados.fee.tche.br/feedados/#!/home/unidadesgeograficas>. Acesso em jun. 2020.

GALVÃO, M. V.; FAISSOL, S. A revolução quantitativa na Geografia e seus reflexos no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Vol. 32, No. 4, p. 5-22. Rio de Janeiro, 1970.

HAESBAERT, R., **Regional – Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2010.

HARTSHORNE, R. **Propósitos sobre a natureza da Geografia**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, EDUSP, 1978.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: EDHUCITEC, 1985.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse Estatística do Brasil**. Rio de Janeiro, 1977.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão Regional em Microrregiões e Mesorregiões Geográficas**. IBGE, Rio de Janeiro, 1990.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão Regional em Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas**. IBGE, Rio de Janeiro, 2017.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Malhas digitais**.

Disponível em: <https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais>. Acesso em jun. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de Influência de 2018**. IBGE, Rio de Janeiro, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão Regional do Brasil**. IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html?=&t=o-que-e>. Acesso em jun. 2020.

LENCIONE, S. Região e Geografia: a noção de região no pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A. **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: USP, 2013. p. 187 – 204.

MORO, D. A. A organização do espaço como objeto da Geografia. **Geografia**, Rio Claro, v. 15, n. 1, p. 1-19, abril de 1990.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço e Tempo**: Globalização e meio técnico-científico. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado**. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014a.

SANTOS, M. **Espaço e método**. 6 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014b.

SILVEIRA, R. L. L. A institucionalização dos processos de regionalização: reflexões teóricas e percepções empíricas desde o Rio Grande do Sul – Brasil. In: ETGES, V. E.; CANDONÁ, M. A. **Globalização em tempos de regionalização**: repercussões no território. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2016. p. 155 – 172.